

No. 32512

**BRAZIL
and
ROMANIA**

**Agreement on trade and economic cooperation. Signed at
Brasília on 23 February 1994**

Authentic texts: Portuguese and Romanian.

Registered by Brazil on 1 February 1996.

**BRÉSIL
et
ROUMANIE**

**Accord de commerce et de coopération économique. Signé à
Brasília le 23 février 1994**

Textes authentiques : portugais et roumain.

Enregistré par le Brésil le 1^{er} février 1996.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COMÉRCIO E COOPERAÇÃO ECONÔMICA ENTRE
O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA ROMÊNIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Romênia

(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Desejando expandir e fortalecer os vínculos comerciais e a cooperação econômica entre os dois países, com base nos princípios da igualdade soberana dos Estados e da reciprocidade;

Considerando nas relações comerciais bilaterais os princípios e as regras do GATT do qual ambos os países são Partes Contratantes;

Com o objetivo primordial de intensificar as relações bilaterais em bases mutuamente vantajosas,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

1. As Partes Contratantes fomentarão e facilitarão o desenvolvimento do intercâmbio comercial e da cooperação econômica bilateral em conformidade com o presente Acordo e com as disposições legais internas em vigor em ambos os países.

2. Os setores nos quais a cooperação econômica bilateral poderá ser desenvolvida são, entre outros: indústria alimentícia, máquinas e equipamentos, indústria de madeira e construções, indústria química, siderurgia, mineração, transportes e comunicações, eletrônica e eletrotécnica, energia, bens de consumo, finanças e bancos.

ARTIGO II

1. As Partes Contratantes conceder-se-ão reciprocamente o tratamento de nação mais favorecida segundo as regras do GATT, em todos os assuntos concernentes ao intercâmbio comercial.

2. Quaisquer vantagens, facilidades, franquias e privilégios concedidos pelas Partes Contratantes com relação à importação ou exportação de produtos procedentes ou enviados ao território de um terceiro país serão imediata e incondicionalmente aplicados a produto análogo procedente do, ou enviado ao território de qualquer da Partes Contratantes.

ARTIGO III

As disposições do Artigo II não serão aplicadas às vantagens, facilidades, privilégios e franquias que uma das Partes Contratantes concede ou venha a conceder:

- a) aos países limítrofes, com vistas a facilitar o trânsito nas fronteiras e/ou a cooperação com as zonas fronteiriças;
- b) a terceiros países, em razão de sua participação em zona de livre comércio, união aduaneira ou acordo de integração econômica do qual seja membro;
- c) a terceiros países, com base em acordos para evitar a dupla tributação, em acordos multilaterais de que a outra Parte Contratante não participe, em acordos de cooperação que, segundo a legislação nacional da Parte Contratante prevejam isenções só concedidas em decorrência de atos internacionais que contiverem cláusulas expressas contemplando esses benefícios;
- d) à importação de mercadorias em virtude de programas de ajuda em favor de uma das Partes Contratantes, fornecida por terceiros países ou por instituições, organismos ou qualquer outra organização internacional.

ARTIGO IV

No âmbito do intercâmbio bilateral, as Partes Contratantes procurarão aplicar as preferências alfandegárias acordadas no quadro do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento e do Protocolo Relativo às Negociações Comerciais entre Países em Desenvolvimento do GATT.

ARTIGO V

Os contratos específicos de importação e exportação concluídos ao amparo do presente Acordo serão negociados diretamente entre empresas dos dois países com base nos preços mundiais dos respectivos produtos.

ARTIGO VI

Os pagamentos resultantes dos contratos concluídos ao amparo do presente Acordo serão efetuados em divisas livremente conversíveis e em conformidade com o regime cambial vigente em cada país.

ARTIGO VII

Os produtos comercializados com base em contratos concluídos ao amparo do presente Acordo somente poderão ser reexportados para terceiros países com o consentimento expresso da empresa exportadora.

ARTIGO VIII

Com o propósito de promover e implementar os objetivos do presente Acordo, as Partes Contratantes apoiarão e facilitarão:

- a) o fortalecimento dos contatos e dos laços entre os agentes econômicos, especialistas e técnicos em variados setores de atividade de ambos os países, inclusive com a criação de câmaras de comércio brasileiro-romenas, de forma a estimular o crescimento do comércio bilateral; com tal

- objetivo, as autoridades competentes de ambos os países divulgarão o presente Acordo e garantirão que o mesmo seja posto à disposição de todos os agentes econômicos interessados;
- b) a organização de promoções de caráter comercial, tais como feiras, exposições, missões comerciais, seminários e conferências, e outras, no território de ambos os países, bem como a participação dos agentes econômicos nessas promoções;
- c) a instalação no território de ambos os países de representações comerciais dos agentes econômicos da outra Parte Contratante e a concessão de tratamento não-discriminatório em relação às representações de agentes econômicos de terceiros países no que diz respeito às suas atividades;
- d) a troca de informações de caráter não-confidencial entre as autoridades competentes e os agentes econômicos de ambos os países a respeito das leis, regulamentos e procedimentos administrativos relacionados com o comércio exterior, investimentos, impostos e taxas, atividade bancária, seguros e demais serviços financeiros e de transporte, bem como referentes aos programas e diretrizes de desenvolvimento econômico, às possibilidades de importação e exportação entre ambos os países, inclusive às concorrências e licitações a serem organizadas em ambos os países;
- e) a participação mais intensa das pequenas e médias empresas na troca de mercadorias e serviços entre ambos os países, no âmbito do presente Acordo.

ARTIGO IX

1. As Partes Contratantes, em conformidade com suas leis e regulamentos internos, isentarão de direitos aduaneiros os seguintes bens:

- i) material para teste ou pesquisa;
- ii) amostras sem valor comercial e material publicitário;
- iii) bens que foram objeto de reparo ou que foram substituídos, assim como suas peças sobressalentes, dentro do seu período de garantia;
- iv) donativos de caráter humanitário, cultural e esportivo.

2. Os bens e produtos acima mencionados não poderão ser comercializados, nem aproveitados por terceiros com fins lucrativos.

ARTIGO X

Cada Parte Contratante concederá, em conformidade com suas leis e regulamentos, facilidades de trânsito em seu território às mercadorias originárias do território do outro país e destinadas a terceiros países, assim como às mercadorias originárias de terceiros países com destino à outra Parte Contratante.

ARTIGO XI

1. Com o propósito de assegurar a implementação do presente Acordo, as Partes Contratantes concordam em dar continuidade à Comissão Mista bilateral, a reunir-se alternadamente em Brasília e Bucareste, por solicitação de uma das Partes, em datas a serem mutuamente acordadas.

2. A Comissão Mista procurará abordar sobretudo temas que conduzam ao fortalecimento e ao aprofundamento das relações bilaterais, especialmente no âmbito da cooperação comercial e econômica.

3. As Partes Contratantes estimularão a participação de representantes governamentais e de agentes econômicos de ambos os países na Comissão Mista, cuja chefia será de nível condizente.

ARTIGO XII

As Partes Contratantes designam como órgãos encarregados da execução do presente Acordo, pela República Federativa do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores e, pela Romênia, o Ministério do Comércio.

ARTIGO XIII

1. As controvérsias que possam surgir a respeito da interpretação ou aplicação do presente Acordo serão solucionadas mediante consultas diretas entre os órgãos mencionados no Artigo XII, por via diplomática ou no âmbito da Comissão Mista, mencionada no Artigo XI do presente Acordo.

2. As controvérsias que possam surgir a respeito do cumprimento dos contratos, concluídos ao amparo do presente Acordo, serão solucionadas segundo as disposições contratuais específicas previstas nos respectivos contratos e/ou conforme a legislação aplicável.

ARTIGO XIV

As disposições do presente Acordo também serão aplicáveis aos contratos concluídos durante sua vigência e cumpridos após sua expiração.

ARTIGO XV

O presente Acordo será válido por um período de 5 (cinco) anos e será automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de 3 (três) anos, a menos que uma das Partes Contratantes comunique à outra, por escrito e por via diplomática, sua intenção de denunciá-lo, com antecedência de 90 (noventa) dias em relação à data prevista para sua expiração.

ARTIGO XVI

O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data do recebimento da última notificação a respeito do cumprimento das formalidades internas para sua aprovação.

ARTIGO XVII

1. Ao entrar em vigor, o presente Acordo substituirá o Acordo de Comércio e Pagamentos assinado entre os Governos dos dois países em Brasília, em 05 de julho¹ de 1975.

2. O Banco Central do Brasil e as autoridades financeiras e bancárias da Romênia adotarão as providências que se fizerem necessárias para o término da conta em moeda-convênio prevista no acima referido Acordo de Comércio e Pagamentos.

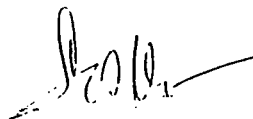
Feito em Brasília, em 23 de fevereiro de 1994, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e romena, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:



ROBERTO ABDENUR
Ministro de Estado, interino,
das Relações Exteriores

Pelo Governo
da Romênia:



CRISTIAN IONESCU
Ministro de Comércio

¹ Should read June — Debrai se lire juin.

[ROMANIAN TEXT — TEXTE ROUMAIN]

ACORD DE COMERT SI COOPERARE ECONOMICĂ ÎNTRE GUVERNUL REPUBLICII FEDERATIVE A BRAZILIEI SI GUVERNUL ROMÂNIEI

**Guvernul Republicii Federative a Braziliei
si
Guvernul României
(în continuare denumite " Părți Contractante ")**

Dorind să lărgescă si să întărească legăturile comerciale si de cooperare economică între cele două țări, pe baza principiilor egalității suverane a statelor si al reciprocității,

Luând în considerare, în relațiile comerciale bilaterale, principiile si regulile GATT, la care ambele țări sunt părți contractante,

Cu obiectivul primordial de a intensifica relațiile bilaterale pe baze reciproc avantajoase,

Au convenit următoarele :

ARTICOLUL I

1. **Părțile Contractante** vor încuraja si facilita dezvoltarea schimburilor comerciale si a cooperării economice bilaterale în conformitate cu prezentul **Acord** si cu reglementările legale în vigoare în cele două țări.

2. Sectoarele în care cooperarea economică bilaterală s-ar putea dezvolta sunt, între altele, următoarele : industria alimentară, masini si echipamente, industria lemnului si a constructiilor, industria chimică si petrochimică, siderurgia, minerit, transport si comunicatii, electronică si electrotehnică, energie, bunuri de consum, finante si bănci.

ARTICOLUL II

1. **Părțile Contractante** își vor acorda reciproc tratamentul națiunii celei mai favorizate, potrivit regulilor GATT, în toate problemele care privesc schimburile comerciale.

2. Orice fet de avantaje, facilități, scutiri si privilegii acordate de către **Părțile Contractante** cu privire la importul sau exportul de produse provenind din sau livrate în teritoriul unei terte țări vor fi aplicate imediat si neconditionat produselor analoge provenind din sau livrate în teritoriul oricăreia din **Părțile Contractante**.

ARTICOLUL III

1. Prevederile *Articolului II* nu vor fi aplicate la avantajele, facilitățile, privilegiile și scutițiile pe care una din **Părțile Contractante** le acordă sau le va acorda :

a) țărilor limitrofe, cu scopul de a facilita tranzitul de frontieră și/sau cooperarea în zonele de frontieră ;

b) țărilor terțe, ca urmare a participării sale la o zonă de comerț liber, uniune vamală sau la un acord de integrare economică la care este membru ;

c) țărilor terțe, potrivit acordurilor pentru evitarea dublei impuneri, acordurilor multilaterale la care cealaltă **Parte Contractantă** nu participă, acordurilor de cooperare care, conform legislației interne a **Părții Contractante**, prevăd scutiții acordate numai ca urmare a actelor internaționale care conțin clauze exprese cu privire la aceste avantaje ;

d) la importul mărfurilor în cadrul programelor de ajutor în favoarea țărilor din **Părțile Contractante**, furnizate de țări terțe sau de instituții, organisme sau orice altă organizație internațională.

ARTICOLUL IV

În schimburile comerciale bilaterale, **Părțile Contractante** vor aplica preferințele vamale convenite în cadrul *Sistemului Global de Preferințe Comerciale între Țările în Curs de Dezvoltare* și a *Protocolului privind negocierile comerciale între țările în curs de dezvoltare* din GATT.

ARTICOLUL V

Contractele specifice de import și export încheiate în baza prezentului **Acord** vor fi negociate direct între firmele din cele două țări pe baza prețurilor mondiale la produsele respective.

ARTICOLUL VI

Plățile în cadrul contractelor încheiate în baza prezentului **Acord** se vor efectua în deize liber convertibile și în conformitate cu regimul valutar în vigoare în fiecare țară.

ARTICOLUL VII

Produsele comercializate în baza contractelor încheiate în cadrul prezentului **Acord** vor putea fi reexportate în țări terțe numai cu consimțământul expres al întreprinderii exportatoare.

ARTICOLUL VIII

În scopul promovării și implementării obiectivelor prezentului **Acord**, **Părțile Contractante** vor sprijini și facilita :

a) intensificarea contactelor si legăturilor între agenții economici, specialiști si tehnicieni din diverse sectoare de activitate din cele două țări, inclusiv prin înființarea de Camere de comerț braziliano-române, astfel încât să fie stimulat comerțul bilateral ; având în vedere acest obiectiv, autoritățile competente din cele două țări vor face cunoscut prezentul **Acord** si vor garanta punerea lui la dispozitia tuturor agenților economici interesati ;

b) organizarea de acțiuni promotionale cum sunt târgurile, expozițiile, misiunile comerciale, seminarii, conferințe si altele, în ambele țări, ca si participarea agenților economici la astfel de acțiuni ;

c) instalarea, pe teritoriul celor două țări, de reprezentante comerciale ale agenților economici ai celeilalte **Părți Contractante** si acordarea unui tratament nediscriminatoriu față de reprezentantele agenților economici din terte țări în ce privește activitățile lor ;

d) schimbul de informații cu caracter neconfidential între autoritățile competente si agenții economici din ambele țări cu privire la legile, reglementările si procedurile administrative legate de comerțul exterior, investiții, impozite si taxe, activitate bancară, asigurări si alte servicii financiare si de transport, ca si cele referitoare la programele si orientările de dezvoltare economică, la posibilitățile de import si export între ambele țări, inclusiv la licitațiile internationale ce se vor organiza în cele două țări;

e) participarea mai intensă a întreprinderilor mici si mijlocii la schimbul de mărfuri si servicii între cele două țări, în cadrul prezentului **Acord**.

ARTICOLUL IX

1. **Părțile Contractante**, în conformitate cu legile si reglementările lor interne, vor scuti de taxe vamale următoarele bunuri :

- I) materiale pentru încercări sau cercetare ;
- II) mostre fără valoare comercială si material publicitar ;
- III) bunuri care au făcut obiectul unor reparatii sau care au fost înlocuite, precum si piesele de schimb în perioada de garanție ;
- IV) donatii cu caracter umanitar, cultural si sportiv.

2. Bunurile si produsele mentionate mai sus nu vor putea fi comercializate si nici folosite de către terti în scopuri lucrative.

ARTICOLUL X

Fiecare **Parte Contractantă** va acorda, în conformitate cu legile si reglementările sale interne, facilități de tranzit pe teritoriul său pentru mărfuri originare din teritoriul celeilalte țări si destinate către terte țări, precum si mărfurilor originare din terte țări destinate celeilalte **Părți Contractante**.

ARTICOLUL XI

1. În scopul de a asigura implementarea prezentului Acord, **Părțile Contractante** convin să dea continuitate *Comisiei mixte bilaterale* ce se va reuni alternativ în **Brasilia** și **București**, la solicitarea uneia din **Părți**, la date care vor fi stabilite de comun acord.

2. *Comisia Mixtă* va căuta să abordeze îndeosebi teme care să conducă la întărirea și aprofundarea relațiilor bilaterale, în special în cadrul cooperării comerciale și economice.

3. **Părțile Contractante** vor stimula participarea reprezentanților guvernamentali și agenților economici din ambele țări la *Comisia Mixtă*, delegațiile fiind conduse la nivel corespunzător.

ARTICOLUL XII

Părțile Contractante vor desemna ca organe însărcinate cu executarea prezentului Acord, **Ministerul Relațiilor Externe**, pentru Republica **Federativă a Braziliei**, și **Ministerul Comerțului**, pentru **România**.

ARTICOLUL XIII

1. Diferendumurile care pot să apară din interpretarea sau aplicarea prezentului Acord vor fi soluționate pe calea consultărilor directe între organele menționate la *Articolul XI*, pe cale diplomatică sau în cadrul *Comisiei Mixte* menționate în *Articolul XI* al prezentului Acord.

2. Diferendumurile care pot să apară în legătură cu executarea contractelor încheiate în baza prezentului Acord, vor fi soluționate conform dispozițiilor contractuale specifice din ele și/sau conform legislației aplicabile prevăzute în respectivele contracte.

ARTICOLUL XIV

Dispozițiile prezentului Acord se vor aplica, de asemenea, și contractelor încheiate în timpul valabilității sale și realizate după expirarea sa.

ARTICOLUL XV

Prezentul Acord va fi valabil pentru o perioadă de cinci ani și va fi prelungit automat cu perioade succesive de trei ani, în afară de cazul când una din **Părțile Contractante** comunică celeilalte, în scris și pe cale diplomatică, intenția sa de a-l denunța, cu 90 (nouăzeci) de zile înainte de data prevăzută pentru expirarea sa.

ARTICOLUL XVI

Prezentul Acord va intra în vigoare la 30 (treizeci) de zile după data primirii ultimei notificări cu privire la îndeplinirea formalităților interne pentru aprobarea sa.

ARTICOLUL XVII

1. La intrarea sa în vigoare, prezentul Acord va înlocui *Acordul comercial si de plăți* semnat între Guvernele celor două țări la Brasilia, la 5 iulie¹ 1975.

2. Banca Centrală a Braziliei si autoritățile financiare si bancare din România vor lua măsurile necesare pentru a închide contul în moneda convenită în *Acordul comercial si de plăți* menționat mai sus.

Inchelat la Brasilia, la data de 23 februarie 1994, în două exemplare originale, în limbile portugheză si română, ambele texte fiind egal autentice.

Pentru Guvernul
Republicii Federative a Braziliei:



ROBERTO ABDENUR
Ministru de Stat, ad-interim,
al Relatiilor Externe

Pentru Guvernul
României:



CRISTIAN IONESCU
Ministrul Comertului

¹ Should read June — Debrait se lire juin.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT¹ ON TRADE AND ECONOMIC COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF ROMANIA

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Romania (hereinafter referred to as the “Contracting Parties”),

Desiring to expand and strengthen trade links and economic cooperation between the two countries on the basis of the principles of sovereign equality of States and reciprocity,

Taking into consideration in their bilateral trade relations the principles and rules of the General Agreement on Tariffs and Trade (GATT)², to which both countries are Contracting Parties,

With the primary objective of enhancing their bilateral relations on a mutually advantageous basis,

Agree as follows:

Article I

1. The Contracting Parties shall promote and facilitate the development of bilateral trade and economic cooperation in accordance with this Agreement and with the domestic legislation in force in their respective countries.

2. The sectors in which bilateral economic cooperation may be developed are, among others: food manufacturing, machinery and equipment, the woodworking and construction industry, the chemical and petrochemical industry, the iron and steel industry, mining, transport and communications, electronics and electrical engineering, energy, consumer goods and banking and finance.

Article II

1. The Contracting Parties shall grant each other most-favoured-nation treatment under GATT rules in all matters concerning trade between them.

2. Any advantages, facilities, exemptions and privileges granted by the Contracting Parties in respect of the import or export of products coming from or sent to a third country shall be immediately and unconditionally applied to analogous products coming from or sent to the territory of either of the Contracting Parties.

Article III

The provisions of Article II shall not be applied to the advantages, facilities, privileges and exemptions which either Contracting Party grants or may in future grant:

¹ Came into force on 7 July 1995, i.e., 30 days after the date of receipt of the last of the notifications with respect to the completion of the internal procedures, in accordance with article XVI.

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 55, p. 187 and vol. 61, p. 1.

(a) To adjacent countries, with a view to facilitating frontier transit and/or co-operation with frontier zones;

(b) To third countries by reason of their participation in a free trade area, a customs union or an economic integration agreement of which the Contracting Party is a member;

(c) To third countries on the basis of agreements for the avoidance of double taxation; multilateral agreements in which the other Contracting Party does not participate; and cooperation agreements which, under the domestic legislation of the Contracting Party, make provision for exemptions granted solely pursuant to international instruments which contain express clauses allowing for such benefits;

(d) To the import of merchandise under programmes of assistance of benefit to either Contracting Party, provided by third countries or by international institutions or bodies or any other international organization.

Article IV

In the area of their bilateral trade, the Contracting Parties shall take steps to apply the tariff preferences agreed under the Global System of Trade Preferences among developing countries and the GATT Protocol relating to Trade Negotiations among Developing Countries.

Article V

Specific import and export contracts concluded under this Agreement shall be negotiated directly between enterprises of the two countries on the basis of world prices for their products.

Article VI

Payments resulting from contracts concluded under this Agreement shall be made in freely convertible currency and in conformity with the exchange regime in force in each country.

Article VII

Products traded on the basis of contracts concluded under this Agreement may be re-exported to third countries only with the express consent of the exporting enterprise.

Article VIII

With a view to promoting and implementing the objectives of this Agreement, the Contracting Parties shall support and facilitate:

(a) The strengthening of contacts and links between economic agents, specialists and technicians in various sectors of activity in the two countries, including through the establishment of Brazilian-Romanian chambers of commerce, so as to promote the growth of bilateral trade; towards that end, the competent authorities in the two countries shall publicize this Agreement and shall guarantee that it will be made available to all interested economic agents;

(b) Trade promotion events, including, among others, fairs, exhibitions, trade missions, seminars and conferences, in the territory of the two countries, with participation by economic agents in such events;

(c) The establishment in the territory of the two countries of trade offices representing economic agents of the other Contracting Party, and the granting of non-discriminatory treatment for trade offices representing economic agents of third countries in respect of their activities;

(d) Exchanges of non-confidential information between the competent authorities and between economic agents of the two countries concerning the legislation, regulations and administrative procedures relating to foreign trade, investment, duties and taxes, banking activities, insurance and other financial and transport services, and concerning economic development programmes and guidelines and import and export opportunities between the two countries, including competitive bidding¹ to be held in the two countries;

(e) Enhanced participation by small and medium-sized enterprises in exchanges of goods and services between the two countries under this Agreement.

Article IX

1. The Contracting Parties, in conformity with their domestic legislation and regulations, shall exempt the following goods from customs duties:

- (i) Testing or research materials;
- (ii) Samples of no commercial value and publicity material;
- (iii) Goods which have been repaired or replaced under warranty and spare parts for such goods;
- (iv) Donations of a humanitarian, cultural or sporting nature.

2. The aforementioned goods and products shall not be traded, or used by third parties, for profit.

Article X

Each Contracting Party shall grant, in conformity with its legislation and regulations, transit facilities in its territory both to merchandise originating in the territory of the other country and destined for third countries and to merchandise originating in third countries and destined for the other Contracting Party.

Article XI

1. With a view to ensuring the implementation of this Agreement, the Contracting Parties agree to prolong the Joint Commission, which shall meet alternately in Brasília and Bucharest, at the request of either Party, on dates to be established by mutual agreement.

2. The Joint Commission shall endeavour to deal first and foremost with issues whose solution is designed to strengthen and deepen bilateral relations, especially in the area of trade and economic cooperation.

3. The Contracting Parties shall encourage participation by Government representatives and economic agents from both countries in the Joint Commission whose standing shall be of an appropriately high level.

¹ *Translator's note:* The Romanian text adds "international".

Article XII

The Contracting Parties designate as bodies responsible for executing this Agreement: for the Federative Republic of Brazil, the Ministry of Foreign Affairs; and for Romania, the Ministry of Trade.

Article XIII

1. Any disputes which may arise in respect of the interpretation or implementation of this Agreement shall be resolved by direct consultations between the bodies referred to in article XII, through the diplomatic channel or within the Joint Commission referred to in article XI of this Agreement.

2. Any disputes which may arise in respect of the execution of contracts concluded under this Agreement shall be resolved in accordance with the contractual provisions of the contract concerned and/or in conformity with the applicable legislation.

Article XIV

The provisions of this Agreement shall also apply to contracts concluded during the term of the Agreement and executed after it expires.

Article XV

This Agreement shall be valid for a period of 5 (five) years and shall be automatically extended for successive periods of 3 (three) years unless either Contracting Party gives notice to the other in writing through the diplomatic channel, 90 (ninety) days before the expiration date, of its intention to denounce it.

Article XVI

This Agreement shall enter into force 30 (thirty) days after the date on which the Contracting Party receives the letter of the notifications concerning completion of the domestic formalities required for its approval.

Article XVII

1. Upon its entry into force, this Agreement shall replace the Agreement on Trade and Payments signed by the Governments of the two countries at Brasília on 5 June 1975.¹

2. The Central Bank of Brazil and the financial and banking authorities in Romania shall take the necessary steps to close the clearing account provided for in the above-mentioned Agreement on Trade and Payments.

DONE at Brasília on 23 February 1994, in duplicate, in the Portuguese and Romanian languages, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:

ROBERTO ABDENUR
Minister *ad interim*
for Foreign Affairs

For the Government
of Romania:

CHRISTIAN IONESCU
Minister of Trade

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1056, p. 59.

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ DE COMMERCE ET DE COOPÉRATION ÉCONOMIQUE
ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRA-
TIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA ROUMANIE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la Roumanie (ci-après désignés les « Parties contractantes »),

Désireux de développer et de renforcer les relations commerciales et la coopération économique entre les deux pays sur la base de l'égalité souveraine des Etats et de la réciprocité;

Applicant, dans les relations commerciales bilatérales, les principes et les règles du GATT, auquel les deux pays sont Parties;

Avec l'objectif fondamental d'intensifier les relations bilatérales sur des bases mutuellement avantageuses,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

1. Les Parties contractantes encourageront et faciliteront le développement des échanges commerciaux et de la coopération économique bilatérale, conformément au présent Accord et aux dispositions légales en vigueur dans chaque pays.

2. Les secteurs dans lesquels la coopération économique bilatérale pourra être développée sont, notamment, les suivants : industrie agro-alimentaire, machines et équipements, industrie du bois et de la construction, industrie chimique, sidérurgie, industries extractives, transports et communications, électronique et électrotechnique, énergie, biens de consommation, finance et banque.

Article II

1. Les Parties contractantes s'accorderont réciproquement le traitement de la nation la plus favorisée, conformément aux règles du GATT², dans tous les domaines relatifs aux échanges commerciaux.

2. Tous les avantages, facilités, franchises et privilèges accordés par les Parties contractantes, en vue de l'importation ou de l'exportation de produits provenant d'un pays tiers ou destinés à un pays tiers, seront appliqués immédiatement et sans condition à un produit analogue provenant du territoire de l'une quelconque des Parties contractantes ou destiné à ce territoire.

Article III

Les dispositions de l'article II ne s'appliquent pas aux avantages, facilités, privilèges et franchises que l'une des Parties contractantes accordera ou pourrait accorder :

¹ Entré en vigueur le 7 juillet 1995, soit 30 jours après la date de réception de la dernière des notifications concernant l'accomplissement des formalités internes, conformément à l'article XVI.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 55, p. 187 et vol. 61, p. 1.

a) Aux pays limitrophes, en vue de faciliter le transit aux frontières et/ou la coopération avec les zones frontalières;

b) A des pays tiers, du fait de sa participation à une zone de libre-échange, à une union douanière ou à un accord d'intégration économique;

c) A des pays tiers, sur la base d'accords destinés à éviter la double imposition, d'accords multilatéraux auxquels l'autre Partie contractante n'adhère pas, d'accords de coopération qui, selon la législation nationale de la Partie contractante, prévoient des exemptions uniquement accordées en vertu d'actes internationaux dont les clauses prévoient expressément de tels avantages;

d) A l'importation de marchandises en vertu de programmes d'aide en faveur de l'une des Parties contractantes apportée par des pays tiers ou des institutions, des organismes ou toute autre organisation internationale.

Article IV

Dans le cadre des échanges bilatéraux, les Parties contractantes veilleront à appliquer les préférences douanières prévues dans le Système global de préférences commerciales entre pays en développement et dans le Protocole du GATT concernant les négociations commerciales entre pays en développement.

Article V

Les contrats spécifiques d'importation et d'exportation conclus en vertu du présent Accord seront négociés directement entre les entreprises des deux pays sur la base des prix mondiaux des produits respectifs.

Article VI

Les paiements auxquels donneront lieu les contrats conclus en vertu du présent Accord seront effectués dans des devises librement convertibles, et conformément au régime des changes en vigueur dans chaque pays.

Article VII

Les produits commercialisés dans le cadre de contrats conclus en vertu du présent Accord ne pourront être réexportés vers des pays tiers qu'avec l'accord exprès de l'entreprise exportatrice.

Article VIII

En vue de promouvoir et de réaliser les objectifs du présent Accord, les Parties contractantes encourageront et faciliteront :

a) Le renforcement des relations et des liens entre agents économiques, spécialistes et techniciens, dans divers secteurs de l'activité des deux pays, notamment par la création de chambres de commerce romano-brésiliennes, en vue de stimuler la croissance des échanges bilatéraux; dans cette optique, les autorités compétentes des deux pays diffuseront le présent Accord et veilleront à ce qu'il soit mis à la disposition de tous les agents économiques intéressés;

b) L'organisation de manifestations à caractère commercial, telles que foires, expositions, missions commerciales, séminaires et conférences, notamment, dans les deux pays, ainsi que la participation des agents économiques à ces manifestations;

c) L'installation sur le territoire de chaque pays de représentations commerciales des agents économiques de l'autre Partie contractante, et l'adoption d'un traitement non discriminatoire par rapport aux représentations d'agents économiques de pays tiers en ce qui concerne leurs activités;

d) L'échange d'informations non confidentielles entre les autorités compétentes et les agents économiques des deux pays relatives aux lois, règlements et procédures administratives ayant trait au commerce extérieur, aux investissements, aux impôts et taxes, à l'activité bancaire, à l'assurance et à d'autres services financiers, et aux transports, ainsi qu'aux programmes et directives de développement économique, aux possibilités d'importation et d'exportation entre les deux pays, et notamment aux marchés publics et aux appels d'offre qui seront organisés dans les deux pays;

e) Le renforcement de la participation des petites et moyennes entreprises à l'échange de marchandises et de services entre les deux pays, dans le cadre du présent Accord.

Article IX

1. Les Parties contractantes, conformément à leurs lois et règlements internes, exempteront de droits de douane les produits suivants :

- i) Matériel d'expérimentation ou de recherche;
- ii) Echantillons sans valeur commerciale et matériel publicitaire;
- iii) Biens ayant fait l'objet de réparations ou ayant été remplacés, ainsi que les pièces de rechange correspondantes, pendant leur période de garantie;
- iv) Dons à caractère humanitaire, culturel et sportif.

2. Les biens et produits susmentionnés ne pourront être commercialisés, ni utilisés par des tiers à des fins lucratives.

Article X

Chaque Partie contractante accordera, conformément à ses lois et règlements, des facilités de transit sur son territoire aux marchandises provenant du territoire de l'autre Partie et destinées à des pays tiers, ainsi qu'aux marchandises provenant de pays tiers et destinées à l'autre Partie contractante.

Article XI

1. En vue d'assurer l'application du présent Accord, les Parties contractantes conviennent de maintenir en activité la Commission mixte bilatérale, qui se réunira à Brasília et à Bucarest, en alternance, à la demande de l'une des Parties, à des dates à fixer d'un commun accord.

2. La Commission veillera à aborder avant tout des questions dont l'examen facilitera le renforcement et l'approfondissement des relations bilatérales, en particulier dans l'optique de la coopération commerciale et économique.

3. Les Parties contractantes encourageront la participation de représentants des gouvernements et d'agents économiques des deux pays à la Commission mixte, qui sera dirigée par des responsables d'un niveau correspondant.

Article XII

Les Parties contractantes désignent comme organe chargé de l'exécution du présent Accord, le Ministère des relations extérieures, pour la République fédérative du Brésil, et le Ministère du commerce, pour la Roumanie.

Article XIII

1. Les différends éventuels relatifs à l'interprétation ou à l'application du présent Accord seront réglés moyennant des consultations directes entre les organes mentionnés à l'article XII, par la voie diplomatique, ou dans le cadre de la Commission mixte visée à l'article XI du présent Accord.

2. Les différends éventuels relatifs à l'exécution des contrats conclus en vertu du présent Accord seront réglés selon les dispositions contractuelles spécifiques prévues dans lesdits contrats et/ou conformément à la législation applicable.

Article XIV

Les dispositions du présent Accord seront également applicables aux contrats conclus pendant que ledit Accord est en vigueur, mais exécutés après son expiration.

Article XV

Le présent Accord aura une durée de cinq ans et sera automatiquement prorogé pour des périodes successives de trois ans, à moins que l'une des Parties contractantes ne notifie à l'autre, par écrit et par la voie diplomatique, son intention de le dénoncer, 90 jours avant la date d'expiration prévue.

Article XVI

Le présent Accord entrera en vigueur 30 jours après la réception de la dernière notification relative à l'accomplissement des formalités internes pour son approbation.

Article XVII

1. Dès son entrée en vigueur, le présent Accord se substituera à l'Accord de commerce et de paiements, signé entre les gouvernements des deux pays à Brasília, le 5 juin 1975¹.

2. La Banque centrale du Brésil et les autorités financières et bancaires de la Roumanie prendront les dispositions nécessaires pour mettre un terme au compte en devise de référence, prévu dans ledit Accord de commerce et de paiements.

FAIT à Brasília le 23 février 1994, en deux exemplaires originaux, en langues portugaise et roumaine, les deux textes étant également authentiques.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil :

Le Ministre d'Etat par intérim
chargé des relations extérieures,

ROBERTO ABDENUR

Pour le Gouvernement
de la Roumanie :

Le Ministre du commerce,

CRISTIAN IONESCU

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1056, p. 59.

